

Turismo e Educação: Diálogos e ações pela cidadania

Tourism and Education: Dialogues and actions for citizenship

Enviado em: 06-11-2023

Aceito em: 27-12-2023

Marcela do Nascimento Padilha¹

Viviane de Oliveira Lavandeira²

Vitor Stuart Gabriel de Pieri³

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão que se dá em torno das possíveis contribuições do Turismo Pedagógico à promoção da cidadania e ao processo ensino-aprendizagem da educação básica pública no estado do Rio de Janeiro. Dialoga-se, para isso, com algumas autoras e autores que realizaram pesquisas envolvendo o Turismo e a Educação, estabelecendo relações entre esses campos no sentido de mostrar a importância de se incluir o território do cotidiano nos conteúdos trabalhados em sala de aula, transcendendo assim, o ensino para fora dos muros da escola e promovendo um processo ensino-aprendizagem mais lúdico e condizente com as características do território local. No entanto, muitas das crianças e adolescentes, particularmente de escolas públicas, não têm a experiência de conhecerem os espaços de seu município que encantam visitantes. Esses espaços turistificados estão próximos geograficamente da maioria dos habitantes de um território, porém distantes socialmente. Com o objetivo de combater esse problema, defendemos o uso do Turismo Pedagógico com estudantes da educação básica, sobretudo das redes públicas, para que possam conhecer e reconhecer os espaços turistificados do seu território e, dessa forma, terem a oportunidade de se apropriar do patrimônio cultural e natural e de construir um entendimento crítico dos temas abordados em aula de maneira mais prazerosa.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Educação básica; Turismo Pedagógico.

1 Professora Associada do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Geografia (UFF). Pós-Doutorado em Turismo (USP). Líder do Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação (Nupette/CNPq). Professora do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (Profgeo/UERJ). Temas de interesse: Patrimônio Cultural, Território, Espaços Públicos, Turismo e Educação, Ensino de Geografia. E-mail: marcela.padilha@uerj.br.

2 Professora das Redes Municipal e Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (Profgeo/UERJ). Bolsista do Educapes. Temas de interesse: Ensino de Geografia, Metodologias Inovadoras, Trabalho de Campo e Turismo Pedagógico. E-mail: vivigeografia@yahoo.com.br.

3 Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Geografia (Unicamp). Livre-Docente em Geografia do Turismo (USP). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (Profgeo/UERJ). Temas de interesse: Lazer, Geografia Política e Relações Internacionais. E-mail: vitorpieri@gmail.com.

ABSTRACT

This paper presents a discussion on the possible contributions of Pedagogical Tourism to the promotion of citizenship and to the teaching-learning process in public elementary, middle and high schools in the state of Rio de Janeiro, Brazil. To this end, it engages in a dialogue with some authors who have carried out research involving Tourism and Education, establishing relationships between these areas in order to show the importance of including the territory of everyday life in the content worked on in the classroom, transcending teaching outside the walls of the school and promoting a more playful, interesting teaching-learning process that meets the characteristics of the surroundings. However, many children and teenagers in a country with great socio-spatial inequality don't have the opportunity to get to know the places in their municipality that attract visitors. These touristified sites are geographically close to the majority of the inhabitants of a territory, but socially distant. To try to combat this problem, we advocate the use of the Pedagogical Tourism with primary, middle and high school students, mainly public school students, so that they can get to know and recognise the touristified sites in their territory and thus have the opportunity to take ownership of the collective cultural heritage and build their knowledge in a more enjoyable way.

Keywords: Cultural heritage; Elementary, middle and high school students; Pedagogical Tourism.

"Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver." Amyr Klink, "Mar sem fim".

INTRODUÇÃO

As palavras do grande navegador brasileiro Amyr Klink nos levam à reflexão que vai de encontro à tendência dos tempos atuais nos quais as imagens, vídeos e pequenos textos sobre lugares turistificados divulgados nas redes sociais parecem bastar como experiência. Ainda que esses instrumentos possam servir como motivação das viagens, nos parece muito mais enriquecedor e interessante que se tenha a oportunidade da experiência presencial, física, e não apenas virtual. Sendo assim, Amyr Klink traduz o que consideramos fundamental para o desenvolvimento cognitivo e o exercício da cidadania: conhecer a realidade e apreendê-la por meio de seus conhecimentos prévios, sua cultura e sua experiência de vida.

Aliás, a ideia de cidadania voltou a ser muito discutida nos últimos anos devido à perda de qualidade de vida da população de algumas cidades colocadas em foco pela grande publicização que os mais variados assuntos do cotidiano passaram a ter a partir da popularização da internet, dos *smartphones* e demais dispositivos eletrônicos.

A promoção da cidadania⁴ pode ser vista como resultado ou como causa do turismo, dependendo de como esta atividade é planejada e gerida em um determinado local. A simples valorização de uma cidade por parte dos seus turistas não significa, necessariamente, que a qualidade de vida de sua população esteja garantida. Aliás, é possível que tal valorização leve a uma desconexão entre cidadão e cidade, transformando-a em espaço do e para o turista, ou seja, em um espaço voltado para o consumo e não para a vida cotidiana (Padilha e Pacheco, 2020).

O ponto de vista aqui defendido é o de que somente há cidadania em um espaço que lhe permita a sua existência e com o qual seus habitantes se reconheçam e se sintam parte integrante (Santos, 1996/1997). No entanto, para que o cidadão se reconheça no local onde vive é necessário que ele primeiro conheça e vivencie este lugar, transformando-o em espaço vivido. Conhecendo e se reconhecendo no seu município, em geral, o cidadão cria com ele uma ligação mais sólida, cuida, participa, exerce sua cidadania (Santos, 1998).

Neste sentido, nos perguntamos: que tipo de turismo queremos? Como ele pode ser alcançado? De que maneira ele pode contribuir com o desenvolvimento local e com a promoção da cidadania? Parte-se, portanto, do pressuposto de que o turismo é um fenômeno social que precisa ser pensado e planejado a partir dos lugares onde é realizado e para isso a participação da população é imprescindível.

Nesta perspectiva, para se pensar em atrativos autênticos e que, de fato, representem a população local é necessário, antes de tudo, que os moradores

4 De acordo com Santos (1996/1997), o exercício pleno da cidadania se refere à construção de cidadãos e cidadãs com acesso a seus direitos, capazes de entender o mundo e a sua inserção social nesse mesmo mundo. Assim, o exercício da cidadania tornaria o(a) cidadão(ã) tão forte quanto o Estado, o que o(a) instrumentalizaria a questionar e afrontar esse Estado.

conheçam o município e a região onde residem e que se sintam identificados com o seu patrimônio coletivo e com o território.

Um dos caminhos possíveis para promover este conhecimento e reconhecimento do município pela sua população é o do Turismo Pedagógico, entendido aqui como um método de ensino capaz de sensibilizar as pessoas para uma consciência cidadã e promover o uso e a apropriação do patrimônio coletivo por meio do apoio ao processo ensino-aprendizagem. Porém, para obter resultados positivos, é fundamental que se realizem adequadamente as três etapas do método: a pré-visita; a visita; e a culminância.

A educação formal brasileira é muito discutida, polemizada, mas as ações ainda não são suficientes para uma transformação efetiva. Muito se fala sobre a má qualidade da educação básica no Brasil e, por conseguinte, do baixo rendimento dos estudantes dos ensinos fundamental e médio. Professores, estudantes e funcionários da maior parte das escolas públicas brasileiras convivem diariamente com estruturas físicas e material inadequadas das escolas. Telefones, computadores, internet, televisão, biblioteca, máquina copiadora, transporte para aulas-passeio, entre outros, são considerados, em grande parte das escolas, artigos de luxo. Em muitas delas, falta até papel para os trabalhos propostos na sala de aula. Em outras, faltam cadeiras e, até mesmo, paredes. Esta precariedade da estrutura está em total desarmonia com o contexto atual, no qual os estudantes têm um mundo inteiro de possibilidades bem na palma da mão, bastando deslizar o dedo na tela do *smartphone*.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, divulgado a cada dois anos, é alvo de críticas, por, entre outras razões, privilegiar dados quantitativos para avaliar algo tão complexo como o sistema de educação básica. Segundo o INEP, o IDEB foi feito para

[...] mensurar o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na educação básica [...] (Brasil, 2017).

Acreditamos que, mesmo considerando as críticas ao IDEB, seja importante mostrarmos este índice para, ao menos, dar foco ao problema apontado. O quadro abaixo (Quadro 1) apresenta os resultados do IDEB de 2005 a 2019, nos Ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas e privadas.

Quadro 1 - Resultados do IDEB - 2005 a 2019. **Fonte:** Elaboração própria com base no Resumo Técnico IDEB - 2005-2019 e (Padilha, 2021).

IDEB								
Brasil	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
EF Anos Iniciais - Rede Pública e Escolas Privadas	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8	5,9
EF Anos Iniciais - Rede Pública (Rede Municipal + Estadual)	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,3	5,5	5,7
EF Anos Iniciais - Escolas Privadas	5,9	6,0	6,4	6,5	6,7	6,8	7,1	7,1
EF Anos Finais - Rede Pública e Escolas Privadas	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7	4,9
EF Anos Finais - Rede Pública (Rede Municipal + Estadual)	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	4,4	4,6
EF Anos Finais - Escolas Privadas	5,8	5,9	5,9	6,0	5,9	6,1	6,4	6,4
Ensino Médio - Rede Pública e Escolas Privadas	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	4,2
Ensino Médio - Rede Pública	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5	3,9
Ensino Médio Privado	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8	6,0

OBSERVAÇÕES:	
Participação das redes no EF Anos iniciais	
*Rede Pública	82%
Escolas Privadas	18%
*Rede Estadual: 17% e Rede Municipal: 83%	
Participação das redes no EF Anos Finais	
*Rede Pública	85,1%
Escolas Privadas	14,9%
*Rede Estadual: 49,7% e Rede Municipal: 50,3%	
Participação das redes no Ensino Médio	
*Rede Pública	87,8%
Escolas Privadas	12,2%
*Rede Estadual: 97% e Rede Municipal: 3%	

Entende-se aqui que o baixo índice de qualidade da educação básica brasileira não é fruto apenas do sistema de ensino e dos métodos de ensino utilizados. Ele envolve a situação familiar dos estudantes, a precariedade estrutural da maioria das escolas, a desvalorização dos profissionais de educação, a falta de comunicação/cooperação entre escola e família, currículo limitador, falta de estímulo à criatividade entre outros.

Pierre Bourdieu (1997) nos alertou sobre a importância de se levar em consideração o capital cultural quando um estudante é avaliado. O autor explica que o capital cultural é mais um instrumento de poder da classe dominante para manter as diferenças sociais e o domínio sobre as classes populares, a partir da valorização da sua cultura em detrimento daquela produzida e consumida pelas classes mais baixas. Bourdieu (1997) ainda coloca que a escola reproduz as estruturas sociais por meio da valorização dos signos e códigos culturais das classes mais abastadas e, por conseguinte, da marginalização das classes populares, hierarquizando culturas e conhecimentos e contribuindo para a manutenção ou o aumento das desigualdades socioespaciais.

É inegável que a educação formal tem influência sobre as características de uma sociedade, ao mesmo tempo que também é influenciada por essa mesma sociedade. Ela é capaz de reforçar as desigualdades socioespaciais ou de agir na direção da promoção da cidadania. Mas o caminho escolhido dependerá não apenas dos profissionais da educação e dos estudantes, mas do conjunto da sociedade. Como afirma a famosa frase de Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo” (Freire, 1979). Com base nessa premissa propusemos um trabalho que une a Educação e o Turismo, a fim de que essa união tenha a possibilidade de promover maior conhecimento, reconhecimento, uso e apropriação dos espaços turistificados de um município por parte de seus moradores.

É importante destacar que utilizamos aqui o termo espaço turistificado em substituição àquele mais usual, que é o espaço turístico. A língua é dinâmica e, como tal, nos demanda atualizações importantes para que as

palavras possam expressar seus significados mais adequados, conforme temos visto acontecer com palavras como: índio – indígena; escravo – escravizado; claro – nítido; entre outras. Assim como estes exemplos, entendemos que espaços turísticos nos levam à ideia errônea de que existem lugares que são naturalmente turísticos e, portanto, estão fadados a servirem à atividade turística quando, na realidade, alguns espaços geográficos sofrem um processo de turistificação, ou seja, são produzidos com a intenção de servirem ao turismo. Portanto, pensamos ser mais adequado utilizar o termo espaço turistificado, que nos remete à ideia de que este espaço sofreu intervenções voltadas para que ele exercesse essa função.

Voltando à ideia principal desse artigo, é importante lançar a seguinte questão: como o Turismo pode tornar o processo ensino-aprendizagem mais interessante e condizente com a realidade dos estudantes? De que maneira ele pode contribuir com o fortalecimento da cidadania e com o direito à cidade?

Nossa hipótese é a de que o Turismo Pedagógico pode ser uma ferramenta que ligue a teoria à prática, que mostre ao estudante o sentido do conteúdo lecionado, deixando este mais atrativo e estimulando, assim, o seu aprendizado (Da Hora e Cavalcanti, 2003). Para isso, é necessário planejamento e um trabalho organizado pelas/os professoras/es e demais responsáveis pela atividade (que inclui a preparação da saída de campo, o campo e o retorno) (Padilha, 2021). Dessa forma, é possível ampliar a curiosidade da/o estudante, fazê-la/o perceber a importância de se preservar o patrimônio cultural e natural, estimular o convívio social, além de ajuda-la/o a reconhecer-se e a ter maior atuação como cidadã/ão.

Educação e Turismo: união pela cidadania

Inicialmente uma prática voltada para integrantes da alta sociedade, atualmente o turismo é praticado por pessoas de diferentes classes sociais, residentes em países de todos os continentes. A popularização dessa atividade é tão grande que uma das perguntas mais comuns feitas entre amigos que retornam das férias é: “- Para onde você foi?”, e não “- O que você fez?”, em

uma nítida referência à importância de se viajar, de passar o tempo livre fora do local de residência.

Para Moesch (2013), turismo é o fenômeno social que se refere às visitas e/ou viagens, voluntárias e temporárias, e às ações desenvolvidas nesses deslocamentos, por indivíduos e/ou grupos de pessoas, dos seus locais de residência para outros, com os objetivos fundamentais de entretenimento, descanso e aproveitamento de amenidades naturais e atividades culturais. A autora explica que o turismo nasceu no âmbito do sistema de produção capitalista e avançou de acordo com cada etapa desse sistema. Assim, o turismo também se configura como uma mercadoria. Ainda que, atualmente, em países como o Brasil, haja locais e atividades turistificados voltados a pessoas de diferentes classes sociais, a participação nessas atividades e as viagens feitas a locais mais distantes da residência ainda estão majoritariamente ligadas às classes média, média alta e alta. Existem obstáculos importantes, como o financeiro, coerção policial, falta de informação, entre outros, para que integrantes das classes C, D e E possam participar mais ativamente do Turismo como turistas. Além disso, parte significativa dos indivíduos das classes populares é privada de tempo satisfatório de descanso do trabalho, o que dificulta a sua participação em atividades de lazer e turismo capazes de proporcionar prazer, aumento do capital cultural, acesso à pluralidade cultural e educação patrimonial. Nesse sentido, o turismo pode ser visto como uma mercadoria e um instrumento capitalista de acirramento das desigualdades socioespaciais.

De outro modo, defendemos aqui que o turismo pode assumir um sentido mais cidadão, voltado, até mesmo, para equalizar oportunidades e apropriação do patrimônio coletivo, desde que seja produzido para este fim. Trata-se do Turismo Pedagógico, que entendemos ser um poderoso método de ensino capaz de contribuir com o processo ensino-aprendizagem, com a apropriação do patrimônio coletivo e com a cidadania.

O Turismo Pedagógico é um método de ensino voluntário – o estudante não tem obrigação de aderir – composto por três etapas – Pré-visita, Visita e Culminância – e que se refere a visitas e atividades desenvolvidas por

educandos/as e educadores/as, voltadas a locais com infraestrutura turística ou com potencial turístico, proporcionando aos atores do processo ensino-aprendizagem acesso a locais de entretenimento, a estabelecimentos culturais, patrimônio natural ou cultural, maior interação com o objeto de estudo e aprofundamento dos conhecimentos sobre ele. Os discentes podem colaborar com todas as etapas da atividade e isso permite a problematização, diálogo e debate entre estudantes e professores/as, incentivo à pesquisa, aprofundamento do conhecimento sobre o objeto de estudo, entre outros ganhos. Por ter como premissa a visita a lugares turistificados, o Turismo Pedagógico ainda permite a reflexão de professores e estudantes sobre a qualidade desses espaços, suas estruturas, produtos, serviços, e compará-los com o que se verifica nos espaços voltados para os cidadãos locais.

O Turismo Pedagógico pressupõe, portanto, três etapas (Padilha, 2023):

Etapa 1 – Pré-visita: planejamento e organização da atividade, com as escolhas dos temas, disciplinas, lugares a serem visitados e organização da saída.

Etapa 2 – Visita: saída planejada na etapa 1 na qual os temas abordados em sala de aula serão verificados na prática.

Etapa 3 – Culminância ou Pós-Visita: etapa final onde, em geral, se faz uma avaliação da atividade de acordo com o que as/os docentes responsáveis planejaram na etapa 1.

A pandemia de Covid-19 afetou praticamente todas as atividades humanas que precisavam da presença física das pessoas. Por isso, o turismo foi uma das atividades mais afetadas, visto que se baseia no deslocamento e no contato físico entre as pessoas. Muitos países adotaram o distanciamento físico e outros inclusive fecharam suas fronteiras a fim de evitarem maior contaminação pelo vírus SARS-Cov-2. Dessa forma, companhias aéreas, agências e operadoras de turismo, meios de hospedagens, promotoras de eventos etc. foram gravemente prejudicadas. Com isso, especialistas da área têm apontado para a necessidade de se rever a forma de se planejar e fazer turismo, valorizando mais o âmbito doméstico e comunidades tradicionais. E

vemos o Turismo Pedagógico como uma maneira eficiente de se promover o turismo de base local.

O turismo, na modernidade, começou como uma prática educacional e hoje mostra que é uma ferramenta poderosa de estímulo à construção de conhecimentos. Os estudantes, sobretudo os que vivem em centros urbanos, estão cada vez mais ávidos por novidades que os tirem da rotina monótona da sala de aula. Em geral, eles buscam por isso na tela dos seus celulares com acesso à internet, ainda que em muitas escolas a entrada destes objetos seja proibida. Por isso, dificilmente um convite para assistir a uma aula fora da escola seria recusado, sobretudo se ela lhes mostrasse lugares que costumam ser visitados por turistas. E os professores, por sua vez, teriam a chance de construir o conhecimento com seus estudantes de uma maneira mais lúdica, prazerosa e diferente da rotina escolar. Estudos como os de Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), Dimenstein (2004), Gomes (2013), Padilha (2021) e Silva (2010), entre outros, destacam a importância, ou mesmo a necessidade, do ensino transcender os muros da escola e de mostrar que podemos (e devemos!) aprender com e no território. Como afirma Padilha (2023, p.130), “[...] o espaço de construção do conhecimento é muito mais amplo e pode se dar em qualquer lugar, visto que a educação está em toda parte [...]”.

No entanto, o Turismo Pedagógico está muito voltado ao mercado. Agências especializadas oferecem este tipo de serviço a escolas particulares a um custo relativamente alto e, por isso, estudantes de escolas públicas, em geral, não têm oportunidade de usufruir dessas atividades. Daí a importância de as unidades escolares poderem, elas mesmas, oferecer a atividade voltada para o próprio território. O objetivo principal é o de fazer o estudante conhecer melhor o território onde vive, relacionando suas características aos conteúdos curriculares e se apropriando do patrimônio coletivo. Conhecendo o seu território, o estudante pode ter o seu sentimento de pertencimento fortalecido, e, por conseguinte, despertar a vontade de cuidar do seu lugar.

Outro elemento que justifica ações voltadas para a valorização dos territórios menos conhecidos e do turismo local é o chamado overturismo. Este fenômeno, que define o excesso de turistas em uma localidade, já vinha sendo

verificado antes da pandemia em diversos lugares do mundo e agora voltou a ser amplamente discutido. A grande mídia, institutos de pesquisas, revistas especializadas em turismo, entre outros veículos de informação, têm destacado problemas relacionados à saturação do turismo em diversas cidades do mundo, bem como as ações que seus governos têm adotado para combatê-los, como mostra a Figura 1. No entanto, reside aí um paradoxo: muitas vezes esses lugares saturados de turistas são pouco conhecidos pelos moradores locais. Em outros casos, os residentes optam por se mudar devido aos altos preços dos imóveis e dos produtos, à precarização dos serviços públicos, à perda da tranquilidade etc. Tudo isso nos leva à pergunta: “de quem é ou para quem é produzida a cidade?”.

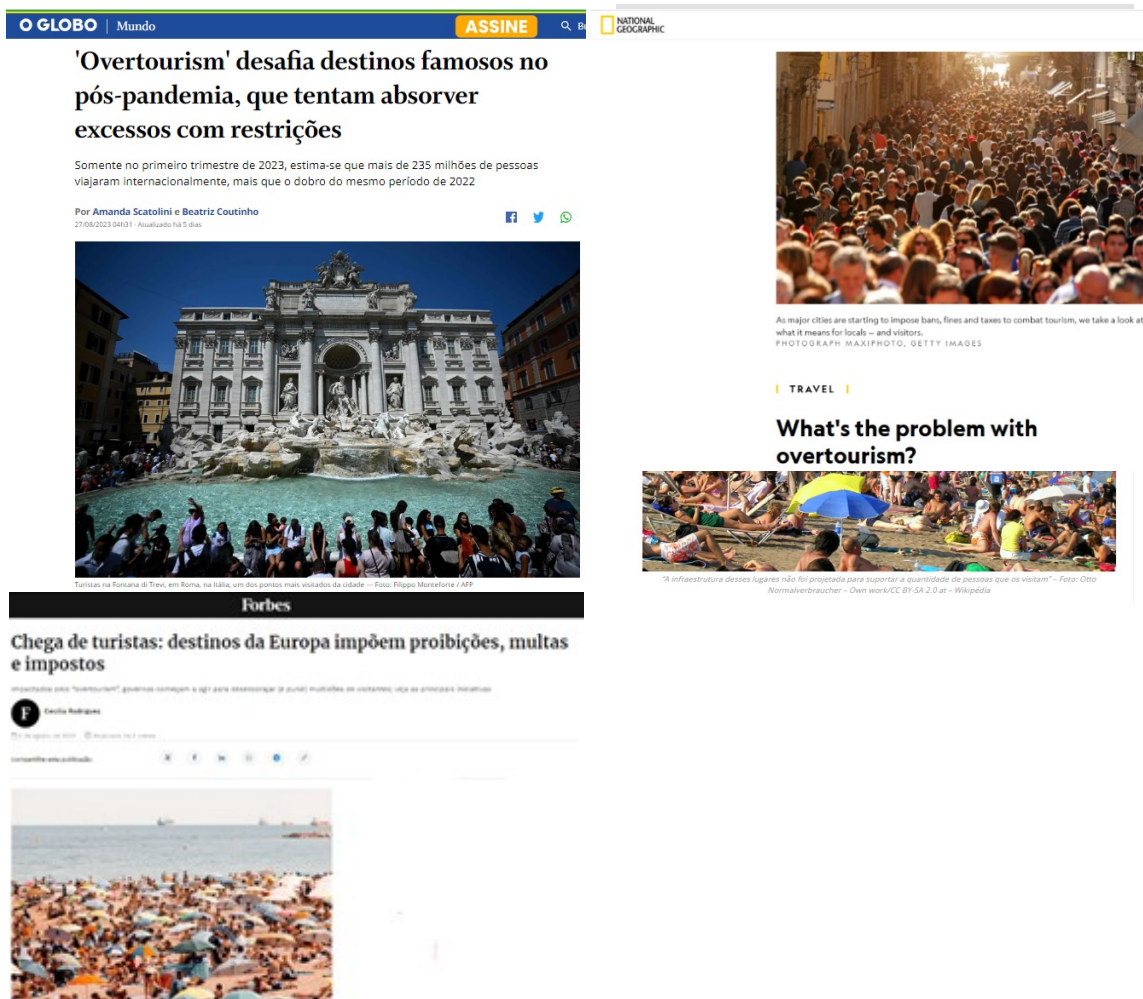


Figura 1 – Notícias recentes sobre overtourismo. **Fonte:** Scatolini e Coutinho (2023), Rodriguez (2023), Leahy (2023), Estanislau (2023).

Em um trabalho anterior, mostramos como alguns dos espaços públicos valorizados das cidades têm sido apropriados mais por turistas do que por moradores e transformados em espaços de consumo, em uma nítida sobreposição do valor de uso pelo valor de troca (Padilha e Pacheco, 2020) que vai de encontro ao direito à cidade defendido por Lefèbvre (2001). Portanto, temos aí um impasse: por um lado, a supervalorização de espaços públicos urbanos pelo turismo e, por outro, a pequena apropriação destes por moradores locais. Dessa forma, defendemos aqui tanto a maior apropriação dos espaços turistificados pelos moradores locais quanto à maior valorização de espaços urbanos “esquecidos” pelo turismo convencional. E a educação formal pode ser uma grande aliada no alcance dessas possíveis soluções.

Algumas pensadoras e pensadores da Educação, como Dewey (1979), Freinet (1975, 1996), Freire (1979, 1996, 2001, 2007), Teixeira (1978), defenderam a ideia de um currículo escolar alinhado com a realidade, sobretudo aquela mais próxima, verificada no território. E por quê? Porque, dessa forma, o conhecimento ganha sentido para o estudante, tornando-se mais interessante. Essas ideias vão ao encontro de uma educação formal mais democrática que possa caminhar na direção da igualdade social.

O interesse pelos conteúdos curriculares segue, basicamente, o nosso interesse por qualquer outra coisa relacionada ao nosso cotidiano. Isto quer dizer que costumamos nos interessar mais por coisas com as quais nos identificamos. Por exemplo: quando assistimos a um filme, série ou novela com cenas passadas em lugares onde já estivemos, costumamos reagir positivamente e prestar mais atenção ao que estamos vendo. Assim também ocorre com livros e reportagens que tratam de temas que nos são próximos, como problemas que já vivenciamos, ou comportamentos que costumamos ter. E com o conhecimento escolar não é diferente. Estudar a guerra Franco-Prussiana ou os Tigres Asiáticos por si só pode não significar nada para um estudante brasileiro. No entanto, se a professora ou o professor fizer uma conexão desse conteúdo com algum elemento da vida cotidiana dos estudantes, muito provavelmente esse conhecimento será melhor apreendido e dificilmente esquecido.

Podemos afirmar que o interesse pelo patrimônio coletivo e pelos lugares turistificados segue na mesma linha. Como gostar e cuidar de algo que não conhecemos? Em países com grande desigualdade socioespacial como o Brasil, espaços turistificados famosos podem nunca ter sido visitados por aqueles que estão mais próximos deles, seja porque o acesso a eles é caro, seja porque no imaginário social aquele lugar não lhes pertence. Vejamos o caso dos dois principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro: O Cristo Redentor e o Pão de Açúcar. Uma pesquisa divulgada pela Revista Panrotas (Niemeyer, 2008) mostrou que apenas a metade dos moradores da cidade do Rio de Janeiro conhece os dois maiores ícones do turismo da cidade. Destes, 40% residem na Zona Sul, 35% na Zona Norte e 25% na Zona Oeste. E por que isso acontece?

Considerando o valor para um adulto, o ingresso do Parque Bondinho custa hoje R\$ 160,00 – R\$ 80,00 para residentes no Rio de Janeiro (Portal do Parque Bondinho, 2023). Já para visitar o Cristo Redentor, cada pessoa paga R\$ 56,60 para ir de van, ou R\$ 97,50 para ir no Trem do Corcovado (Portal do Trem do Corcovado, 2023). Tais valores não condizem com a realidade social brasileira, onde metade da população sobrevive com pouco mais de 430 reais (IBGE, 2020). Para uma família das classes C, D ou E, visitar esses lugares é algo fora da realidade deles. Tão perto, tão longe...

No entanto, esses mesmos lugares recebem grupos de instituições de ensino públicas gratuitamente (Figura 2). Infelizmente, tal informação não é amplamente divulgada. Queremos demonstrar a partir dessas informações que as escolas poderiam servir como elo de ligação entre o patrimônio coletivo e a população local, haja vista que este público deveria ter a prioridade sobre a apropriação desses lugares. Afinal, a cidade e seu patrimônio coletivo pertencem, prioritariamente, aos seus cidadãos. Entretanto, é preciso ressaltar a necessidade de ações voltadas para incentivar o uso e a apropriação desses espaços por estudantes da educação básica pública. A implementação de um programa de Turismo Pedagógico e/ou de educação patrimonial⁵ nas redes

5 De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial envolve os processos educativos formais e não-formais, promovidos por escolas ou não, em que

municipais e estadual de ensino poderia oferecer grande contribuição nesse sentido.



Figura 2 – Estudantes e professores do curso de bacharelado em Turismo da UERJ em visita à estátua do Cristo Redentor. Fonte: acervo pessoal, 2021.

A Figura 2 mostra um grupo de estudantes do curso de Bacharelado em Turismo da UERJ em visita ao Cristo Redentor. São estudantes de graduação em Turismo, todos adultos, moradores da cidade do Rio de Janeiro ou da Região Metropolitana. Ainda assim, a maioria deles teve sua primeira experiência com o principal ponto turístico do Brasil por meio de um trabalho de Turismo Pedagógico oferecido pelo Prof. Gabriel de Sena Jardim e pela Prof.^a Marcela Padilha, do Departamento de Turismo da UERJ. A visita foi totalmente gratuita, feita no âmbito de uma atividade pedagógica promovida pela universidade, realizada junto a amigos e colegas de turma, gerando resultados altamente positivos, tanto pelo viés do aprendizado, quando pelo âmbito da interação social e do lazer/prazer.

indivíduos têm contato e interação com o acervo histórico-geográfico, artístico, natural e cultural presente em, por exemplo, museus, exposições, teatros, sítios arqueológicos, centros urbanos, comunidades rurais, paisagens naturais, áreas de proteção ambiental e qualquer evidência ou manifestação da cultura, tendo o patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento. Com isso, a educação patrimonial contribui para o conhecimento, apropriação e valorização da história e cultura do território onde o indivíduo está inserido, o que colabora para a construção da identidade, engajamento na luta pela preservação do acervo histórico, natural, artístico e cultural do seu território e no processo de criação de cultura

Realizar aulas fora dos muros da instituição de ensino é mais comum em alguns cursos de universidades públicas. No entanto, em escolas de educação básica alguns docentes promovem ações neste sentido, mas costumam encontrar uma série de obstáculos à realização de atividades de trabalho de campo e de turismo Pedagógico. Por isso a necessidade de se ter o apoio de políticas públicas voltadas para o conhecimento e o reconhecimento do território e para a apropriação do patrimônio coletivo. É justamente isso que a equipe do Núcleo de Pesquisas em Turismo, Território e Educação da UERJ – NUPETTE/UERJ – tem feito nos últimos dez anos: por um lado oferecer formação em Turismo Pedagógico e apoio na realização da atividade (Figuras 3 e 4); e por outro buscar, com base nos resultados alcançados, propor projetos de lei de implementação do Turismo Pedagógico em redes municipais de ensino.



Figura 3 – Turismo Pedagógico realizado pela Prof.^a Viviane Lavandeira na Aldeia Maracanã/RJ com estudantes de uma escola estadual do Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. **Fonte:** Acervo pessoal, 2018.



Figura 4 – Ações do Nupette – visitas técnicas do curso de formação para professoras/es e realização de visitas de Turismo Pedagógico em diferentes espaços turistificados de Teresópolis/RJ. **Fonte:** Acervo pessoal, 2016 a 2022.

Um ponto fundamental para o sucesso do trabalho de Turismo Pedagógico é, além de contar com uma estrutura de apoio – suporte burocrático e jurídico, alimentação, transporte etc. – ter um planejamento adequado para que a atividade não se transforme em um simples passeio. Apesar do lazer não ser, de forma nenhuma, algo supérfluo, como as/os professoras/es das redes públicas de ensino encontram diversas dificuldades para a realização de atividades pedagógicas fora da escola, é fundamental tentar aproveitar o máximo possível as oportunidades conseguidas para tal finalidade. Além disso, conforme destaca Padilha (2023, p. 135-136)

O [...] turismo pedagógico, por envolver uma saída a um lugar previamente escolhido, diferente do espaço escolar/universitário, necessita de um planejamento adequado de todas as suas etapas. Organizar a etapa da saída de campo não é algo corriqueiro, que se possa fazer a qualquer momento, segundo a vontade da/do docente. Envolve diversos elementos, tais como data adequada, escolha do tema e do local para se abordá-lo, logística da saída – transporte, tempo em que se ficará fora, recursos financeiros –, concordância da

instituição de ensino, autorização dos responsáveis em caso de estudantes menores de idade, contato com gestoras/es dos lugares a serem visitados, entre outras variáveis [...].

Portanto, para ter resultados efetivos e positivos relacionados ao processo ensino-aprendizagem é necessário que o trabalho de campo e o turismo pedagógico sejam devidamente planejados, muito bem organizados[...].

Além do planejamento adequado para a realização do método, defendemos a necessidade de apoio por parte dos governos das três esferas da administração pública – federal, municipal e estadual – a fim de se implementarem políticas públicas voltadas para o suporte às atividades de Turismo Pedagógico realizadas pelas unidades escolares, como forma de conhecimento, reconhecimento e apropriação do território e do patrimônio coletivo, apoio ao processo ensino-aprendizagem, bem como de fortalecimento da cidadania.

Considerações Finais

Este texto apresentou parte da nossa inquietação com o problema relativo à pequena apropriação do patrimônio coletivo, valorizado turisticamente, pelos moradores do território onde esse patrimônio está localizado. Entendemos que este problema ocorre não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas no Brasil como um todo, em razão, sobretudo, da desigualdade socioespacial que dificulta, e muitas vezes impede, o acesso de grande parte da população a esses lugares especiais da cidade. O direito à cidade pressupõe não apenas a existência de equipamentos culturais e de lazer em número suficiente para atender à toda população, como também o acesso efetivo a esses equipamentos (Lefévre, 2001).

O Turismo, visto, muitas vezes, como uma atividade puramente econômica, derivado da industrialização e da globalização que contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais, pode ser, por outro lado, entendido como um fenômeno social capaz de ser pensado e executado a partir das potencialidades e necessidades locais, sendo, então, um caminho possível para a formação de uma sociedade mais democrática, que valoriza os territórios, sua cultura, sua gente.

Por um lado, temos o problema da dificuldade de acesso ao patrimônio coletivo valorizado da cidade por parte de seus cidadãos; por outro, a baixa qualidade da educação básica brasileira, que gera uma série de outros impactos negativos na sociedade. E por que relacionar esses dois problemas? Porque entendemos que uma das formas possíveis de combatê-los é por meio da implantação do Turismo

Pedagógico nas escolas públicas. Ao mesmo tempo em que este método promove uma apropriação dos espaços turistificados do território, ele também contribui com o processo ensino-aprendizagem.

Como afirmamos anteriormente, os territórios podem ser continentes e condicionantes do processo ensino-aprendizagem, sendo o mediador da relação da teoria vista em sala de aula com a realidade que se apresenta, permitindo a construção mais autônoma e participativa do conhecimento, gerando encantamento e, por conseguinte, maior curiosidade. O sucesso do processo depende, em grande parte, de um percurso devidamente planejado para atingir esse objetivo. E é justamente isso que o Turismo Pedagógico oferece: um método, isto é, etapas pré-definidas para se abordar um ou mais temas curriculares de maneira lúdica, interessante, que permite o conhecimento e o reconhecimento do território e, por conseguinte, maior exercício da cidadania.

Referências

BOURDIEU, P. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação - INEP. **Resumo Técnico**: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica - 2005-2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2017/ResumoTecnico_ideb_2005-2017.pdf>. Acesso em 06 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – 5ª a 8ª série. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DA HORA, A. S. S.; CAVALCANTI, K. B. “Turismo Pedagógico: Conversão e Reconversão do Olhar”. In: REJOWSKI, Miriam; COSTA, Benny Kramer (Orgs.). **Turismo Contemporâneo**: Desenvolvimento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, p.208-228, 2003.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DIMENSTEIN, G. “Bairro-escola: uma experiência de reaprendizado na rua”. In: PINSKY, J. (Org.). **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

ESTANISLAU, J. **Cidades sofrem com o “overtourism” e turistas enfrentam retaliação de residentes e governos locais**. Jornal da USP, 22 set. 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/cidades-sofrem-com-o-overtourism-e-turistas-enfrentam-retaliacao-de-residentes-e-governos-locais/>>. Aceso: 02 set. 2023.

ESTEVE, José M. **O Mal-estar Docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** São Paulo: EDUSC, 1999.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna.** Lisboa: Estampa, 1975.

_____. **Pedagogia do Bom Senso.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e educação: ensaios.** São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GADOTTI, M.; PADILHA, P. R. e CABEZUDO, A. (Orgs.). **Cidade Educadora: princípios e experiências.** São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, M. V. S. **Para além dos muros da escola: caminhos para compreensão da educação na cidade.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

LEAHY, K. **What's the problem with overtourism?** National Geographic, 7 september 2023. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.com/travel/article/what-is-overtourism>>. Acesso: 15 out. 2023.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MOESCH, M. **O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo.** Cenário, Brasília, v. 1, n. 1, p. 08-28, dez. 2013.

NIEMEYER, F. **50% dos cariocas não conhecem Cristo e Pão de Açúcar.** Revista Panrotas, 05 mai. 2008. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/2008/05/50-dos-cariocas-nao-conhecem-cristo-e-pao-de-acucar_37534.html>. Acesso: 10 abr. 2023.

PADILHA, M.N y Pacheco, R. (2020): **Espaço público ou espaço de consumo? o caso da Praça Higino da Silveira, um lugar turístico da cidade de TERESÓPOLIS/RJ,** Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 28 (junio/junho 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/turydes/28/espaco-publico-consumo.html>.

PADILHA, M. N. "Por uma Escola Sem Muros: O Turismo Pedagógico como Ferramenta de Apoio à Educação Básica". In: COSTA, A.D., PADILHA, M.N. & PEREIRA, T. F.P.D., **Territórios do Turismo: Perspectivas de passados, presentes e futuros possíveis.** Rio de Janeiro e Boa Vista: EDTur e Iole, 2021, pp. 191-214, Disponível em: <<http://editora.ioles.com.br/index.php/iole/catalog/book/29>>.

PADILHA, M.N. "O Território Também é Escola! O trabalho de campo e o turismo pedagógico como métodos de ensino de uma educação para a cidadania. In: Marino,

L. F. **A Cidade como Sala de Aula: educar e aprender no território**. Curitiba: CRV, 2023, p. 129-146.

PARQUE BONDINHO PÃO DE AÇÚCAR. Disponível em: <<http://bondinho.com.br>>. Acesso: 10 out. 2023.

RODRIGUEZ, C. **Chega de turistas**: destinos da Europa impõem proibições, multas e impostos. Revista Forbes, 02 ago. 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbeslife/2023/08/chega-de-turistas-overtourism-na-europa/>>. Acesso: 15 out. 2023.

SANTOS, M. “Cidadanias Mutiladas”. In: CARDOSO, R. et al. **O Preconceito**. São Paulo: Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, 1996/1997, pp. 133-144.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

SCATOLINI, A. E COUTINHO, Beatriz. ‘**Overturismo**’ desafio destinos famosos no pós-pandemia que tentam absorver excessos com restrições. O Globo, 27 ago. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/27/overtourism-desafia-destinos-famosos-no-pos-pandemia-que-tentam-absorver-excessos-com-restricoes.ghtml>. Acesso: 20 out. 2023.

SILVA, R. T. da. **Escola, favela e favela-escola**. 2010. Tese de Doutorado em EDUCAÇÃO. Universidade Federal Fluminense, 2010.

TEIXEIRA, A. **Pequena Introdução à Filosofia da Educação**: A Escola Progressista ou a Transformação da Escola. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

TREM DO CORCOVADO. Disponível em: <<https://www.tremdocorcovado.rio/>>. Acesso: 15 out. 2023.